


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **1013411-88.2016.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Comum - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Leonardo Eurico Gomes propõe ação contra Departamento Estadual de Trânsito - Detran sustentando que obteve permissão para dirigir veículos – Categoria "AB" pelo prazo de um ano. Afirma que em dezembro de 2016 requereu a CNH definitiva e teve seu pedido negado diante da existência de bloqueio, em seu prontuário, decorrente do auto de infração nº 3C0583935, datado de 07/03/2016 por infringir o art. 233 do CTN. Argumentou que a infração é de cunho meramente administrativo e não decorrente da má condução de veículo em vias públicas. Que em 29/11/2016 apresentou defesa administrativa, mas não houve o julgamento. Requereu, liminarmente, a exclusão do bloqueio que impediu a renovação da habilitação para dirigir. Juntou documentos (fls. 16/24).

A liminar foi concedida (fls. 25/27).

O réu contestou a ação, fls. 79/84, aduzindo que o autor cometeu infração grave, sendo portanto legal a negativa na emissão da carteira definitiva.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A infração que obsta a progressão da permissão para a expedição da CNH definitiva está amparada no Auto de Infração nº 3C0583935 pela prática da conduta administrativa descrita no artigo 233 do Código de Trânsito, ou seja, deixar de efetuar o registro de veículo no prazo de trinta dias, junto ao órgão executivo de trânsito.

Segundo o STJ, não é razoável impedir o condutor de obter a habilitação definitiva, em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

razão de infração administrativa não relacionada à segurança do trânsito: AgRg no AREsp 544.004/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/09/2014; STJ, AgRg no AREsp 520.462/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/08/2014; STJ, AgRg no REsp 1.231.072/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 14/05/2012; AgRg no AREsp 262.219/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2013.

E, nos termos daquela mesma corte, a infração do art. 233 do CTB, de deixar de efetuar o registro da propriedade do veículo no prazo de 30 dias, não está relacionada à segurança do trânsito: AgRg no AREsp 662.189/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015.

Como a infração tem conteúdo administrativo por envolver regularização do veículo, sem qualquer implicação técnica com a condução de veículo, não há razão para a não expedição da CNH definitiva.

Ante o exposto **julgo procedente a ação** para, confirmando a antecipação da tutela, condenar a ré na obrigação de **não considerar a infração do art. 233 do CTB** praticada pela parte autora no **exame sobre a concessão da CNH definitiva**.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009, competência esta absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal. **Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAP, providencie a serventia a necessária redistribuição.**

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA